

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE Nº 069/2024 - FMS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00004/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DO BOM JARDIM E A EMPRESA CSMED
PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
PARA FORNECIMENTO CONFORME
DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM**, com sede na Rua Manoel Augusto, S/N - Centro - Bom Jardim - PE, CNPJ nº 12.259.049/0001-42, neste ato representado por seu Secretário, o **Sr. Severino Aguinildo de Lima**, brasileiro, enfermeiro, portador do CPF nº 846.836.784-20 e da Carteira de Identidade RG nº 4462051 - SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Felinto Borges da Fonseca, nº 29, Jenipapeiro, Cumaru/PE. CEP: 55655-000, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa **CSMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA**, sediada na Rua Gouber Pinto Dionisio, nº - 55, Bairro Cidade Universitária, Curitiba/PR - CEP 81.460-140, inscrito no CNPJ sob o nº 42.587.791/0001-48, neste ato representado legalmente pelo **Sra. Pietra Camilo dos Santos**, brasileira, solteira, estudante, inscrita no CPF sob o nº 132.241.229-43, portadora da carteira de identidade RG nº 12.978.335-4 - SSP-PR, residente e domiciliada na Rua José Cadilhe, 804 - Água Verde - Curitiba - Paraná - CEP: 80620-240, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00003/2023, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Bom Jardim - PE.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00003/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de **R\$ 70.611,80 (setenta mil, setecentos e onze reais e oitenta centavos)** conforme descritos abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
23	Avental Descartável, Manga Longa, Tam.Único, TNT 100% Polipropileno	PROTMED	UNIDADE	3000	R\$ 1,34	R\$ 4.020,00
45	Coletor de Urina Sistema Aberto 2000mL	UROMED	UNIDADE	300	R\$ 3,67	R\$ 1.101,00
91	Lanceta descartável para lancetadora. Caixa c/ 100 unid	MEDIX	CAIXA	500	R\$ 19,43	R\$ 9.715,00
97	Luva esteril n. 8,0	MEDIX	PAR	2500	R\$ 1,30	R\$ 3.250,00
99	Manta Aluminizada para Manutenção de Temperatura Corporal Descartável	RESGATE	UNIDADE	200	R\$ 10,33	R\$ 2.066,00
110	Mascara tripla com elastico caixa c/ 50	FARMATEX	CAIXA	2000	R\$ 4,36	R\$ 8.720,00
117	Oleo hidratac. Prev. (tcm) (Oleo Girassol) 100ml	FARMACHEN	FRASCO	600	R\$ 3,85	R\$ 2.310,00
120	Papel para ecg 50mm x 20m	TECNOPRINT	ROLO	300	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00
123	Sapatilha descartável	TALGE	UNIDADE	5000	R\$ 0,09	R\$ 450,00
142	Sonda de foley 2 vias n.12	TKL	UNIDADE	150	R\$ 3,14	R\$ 471,00
143	Sonda de foley 2 vias n.16	TKL	UNIDADE	150	R\$ 3,13	R\$ 469,50
144	Sonda de foley 2 vias n.18	TKL	UNIDADE	300	R\$ 3,17	R\$ 951,00
163	Tenciometro analógico, aneroide, adulto, braçadeira em nylon com fechamento em velcro. Com estetoscópio.	PREMIUM	UNIDADE	50	R\$ 75,99	R\$ 3.799,50
164	Tenciometro analógico, aneroide, infantil, braçadeira em nylon com fechamento em velcro. Com estetoscópio.	PREMIUM	UNIDADE	50	R\$ 86,99	R\$ 4.349,50
165	Termometro digital – Material plástico, display cristal, utilizado para monitoramento de temperatura em freezers e caixa de	SUPERMEDY	UNIDADE	30	R\$ 84,99	R\$ 2.549,70

	vacinas. Faixa de Medição: - 50°C a + 70°C. Com cabo de 50 cm e caixa de vacinas. Faixa de Medição: - 50°C a + 70°C. Com cabo de 50 cm						
166	Termometro clínico digital, escala até 45°, com alarme e memória	MED LEVENSOHN	UNIDADE	25	R\$ 11,67	R\$	291,75
168	Termômetro de Geladeira	SUPERMEDY	UNIDADE	200	R\$ 72,49	R\$	14.498,00
194	Monitor de Pressão Arterial de Braço Braçadeira universal: tamanho equivalente às braçadeiras M e G (22 a 42 cm), abrange usuários com diversos diâmetros de braço, sem a necessidade de comprar uma braçadeira extra	MULTILASER	UNIDADE	15	R\$ 174,99	R\$	2.624,85
197	Otoscópio lampada LED com 5 Espéculos e Estojo Macio.	MIKATOS	UNIDADE	10	R\$ 435,98	R\$	4.359,80
202	Colar cervical para resgate em polietileno, abertura na parte da frente do colar possibilitando a palpação do pulso carotídeo e o acesso à traqueia. TAM PEDIATRICO	RESGATE	UNIDADE	7	R\$ 50,40	R\$	352,80
203	Colar cervical para resgate em polietileno, abertura na parte da frente do colar possibilitando a palpação do pulso carotídeo e o acesso à traqueia.TAM PP	RESGATE	UNIDADE	7	R\$ 50,40	R\$	352,80
204	Colar cervical para resgate em polietileno, abertura na parte da frente do colar possibilitando a palpação do pulso	RESGATE	UNIDADE	10	R\$ 50,40	R\$	504,00

	carotídeo e o acesso à traqueia. TAM P						
205	Colar cervical para resgate em polietileno, abertura na parte da frente do colar possibilitando a palpação do pulso carotídeo e o acesso à traqueia. TAM M	RESGATE	UNIDADE	7	R\$ 50,40	R\$	352,80
206	Colar cervical para resgate em polietileno, abertura na parte da frente do colar possibilitando a palpação do pulso carotídeo e o acesso à traqueia. TAM G	RESGATE	UNIDADE	7	R\$ 50,40	R\$	352,80
TOTAL						R\$	70.611,80

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Unidade gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde do Bom Jardim

Órgão orçamentário: 12000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 1003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE ESPECIALIZADA DE SAÚDE

Despesa 730 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Despesa 731 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Despesa 732 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Despesa 733 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

a - Entrega: **05 (cinco) dias úteis.**

b - Sendo o objeto entregue em desacordo com o especificado neste documento e na proposta da empresa vencedora este será rejeitado, obrigando-se a empresa a substituí-lo imediatamente, no prazo de **02 (dois) dias corridos**, contados da comunicação escrita feita pela secretaria solicitante, sob pena de ser aplicada penalidade.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Atestar nas notas fiscais ou faturas a entrega do objeto desta licitação;
Aplicar a(s) empresa(s) vencedora(s), as penalidades, quando for o caso;
Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
Efetuar pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente.
Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto.

A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas na ocasião do Pregão.

Fornecer os materiais rigorosamente de acordo com as especificações constantes neste termo, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados.

É expressamente vedada à Contratada a subcontratação no todo do objeto do presente acordo, podendo, no entanto, ocorrer à subcontratação de parte desse objeto à empresa(s) especializada(s), mantida, contudo, única, exclusiva e integral responsabilidade da

empresa contratada sobre tal objeto. A subcontratação só será permitida desde que avaliada e autorizada previamente pela Contratante, sendo exigida a comprovação da viabilidade e necessidade da subcontratação e atestado de idoneidade da subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

Apresentar documentação falsa;

Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Não manter a proposta;

Cometer fraude fiscal;

Comportar-se de modo inidôneo;

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I – Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem não entregue ou do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;

II – Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;

III – Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem recusado ou do valor do serviço, por dia decorrido;

IV – Pela recusa da Contratada em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a substituição do item não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço rejeitado;

V – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

§ 1º - As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 2º - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 3º - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

§ 4º - O valor da multa deverá ser recolhido na Secretaria de Finanças do Município de Bom Jardim, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

§ 5º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

Advertência por escrito;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Bom Jardim, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas regulamentadoras.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado

pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca do Bom Jardim.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Bom Jardim - PE, 06 de abril de 2024.

SEVERINO
AGUINALDO DE
LIMA:84683678420

Assinado de forma digital por
SEVERINO AGUINALDO DE
LIMA:84683678420
Dados: 2024.05.06 12:42:28 -03'00'

SEVERINO AGUINALDO DE LIMA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

PIETRA CAMILO DOS
SANTOS:13224122943

Assinado de forma digital por
PIETRA CAMILO DOS
SANTOS:13224122943
Dados: 2024.05.08 10:08:16 -03'00'

CSMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 42.587.791/0001-48
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: